



ACTA N.º 6

Aos catorze dias do mês de Setembro de dois mil e cinco, na Sala Multiusos do Museu e Arquivo Municipal de Valongo, reuniu o Conselho Local de Acção Social de Valongo.

Estiveram presentes nesta reunião os elementos representantes de diversas entidades, conforme folha de presenças (anexo 1).

CONSTITUIÇÃO DA MESA

- Dra. Maria da Trindade Vale - Presidente do Conselho Local de Acção Social de Valongo e Vereadora do Pelouro de Acção Social da Câmara Municipal de Valongo;
- Dr Luís Vale – Sub- Director do CDSS (Centro Distrital de Segurança Social do Porto) e interlocutor do Programa “Rede Social”;
- Dra. Ilda Soares – Directora de Departamento de Educação, Acção Social e Desporto;
- Dra. Júlia Mendes – Técnica de Sociologia afecta ao programa de Apoio à Implementação da “Rede Social”.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Apreciação e aprovação da Acta da sessão anterior;**
- 2. Apreciação da proposta de adesão ao CLAS por parte das seguintes instituições:**
 - Associação para o Desenvolvimento do Susão;
 - Centro de Formação de Escolas do Concelho de Valongo.
- 3. Apreciação e aprovação do Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção do Concelho de Valongo;**
- 4. Apreciação e aprovação da Grelha para Emissão de Pareceres Técnicos;**
- 5. Outros assuntos de interesse.**

Antes de dar início à Ordem de Trabalhos, a Dra. Maria da Trindade agradeceu a todos a presença e o empenho na elaboração do PDS. Apresentou o Dr. Luís Vale como interlocutor da Rede Social no Distrito do Porto, a quem agradeceu a presença. Agradeceu igualmente à Dra. Júlia e à Dra. Lúcia que foram os pilares do trabalho da Rede Social e que articularam com os presentes.



Referiu que, após a aprovação do Diagnóstico Social, esta Sessão Plenária tem como objectivo a aprovação do PDS, que definiu como o trabalho “de todos para todos”.

A Presidente do CLAS considerou que o PDS de Valongo é ambicioso, mas salientou que conta com o empenho de todos na sua concretização.

De seguida, passou a palavra aos presentes na Sessão com o objectivo de cada um se apresentar e referir que Instituição representa.

Seguidamente, passou a palavra ao Dr. Luís Vale que fez uma breve apresentação do Programa Rede Social.

O Dr. Luís Vale referiu que a Rede Social foi criada por uma Resolução de Conselho de Ministros de 1997 e ainda não foi regulamentada, o que deveria acontecer o mais rapidamente possível. Referiu que fazer intervenção social de forma assistencialista já não faz sentido e que a Rede Social vem lançar novas formas de intervenção social e que se constitui como um instrumento de gestão dos recursos que os concelhos já têm, tendo como principal objectivo o combate à pobreza. A Rede Social sustenta-se no trabalho em parceria que é uma aprendizagem, já que as instituições não estão habituadas a trabalhar em rede.

Após a comunicação do Dr. Luís Vale a Presidente do CLAS passou à ordem de trabalhos:

1. Apreciação e aprovação da Acta da Sessão anterior

Tendo sido lida previamente por todos os presentes, foi aprovada por maioria com a abstenção do Rotary Clube de Ermesinde, representado por o Sr. Carlos Faria, do IRS de Gondomar, representado pela Dra. Rosa Maria Tavares, e do IPJ, representado pela Dra. Paula Prelada

2. Apreciação da proposta de adesão ao CLAS por parte das seguintes instituições:

- Associação para Desenvolvimento do Susão;
- Centro de Formação de Escolas;
- Centro Social e Paroquial de Alfena (enviou ficha de adesão posteriormente à convocatória).

Foi aprovada por unanimidade a adesão destas Entidades ao CLAS.

A Dra. Júlia informou os presentes que, sempre que ocorra mudança de representante das Instituições no CLAS, as Instituições devem informar.

3. Apreciação e aprovação do Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção do Concelho de Valongo.

Neste ponto a Dra. Júlia referiu que iria agrupar na sua apresentação os pontos 3 e 4 da ordem de trabalhos, uma vez que a Grelha para a Emissão de Pareceres Técnicos é um dos capítulos do PDS. Salientou a importância do momento que é o culminar de um longo e árduo trabalho.

Inicialmente referiu-se à alteração da ficha técnica do documento, na qual vão ser acrescentados os nomes das pessoas que, apesar de não terem estado presentes nas Workshops do PDS, participaram na elaboração do Diagnóstico.

Antes da apresentação em power point do PDS e Plano de Acção, salientou que o documento foi disponibilizado aos presentes com um mês de antecedência, pelo que não iria fazer uma apresentação exaustiva.

Durante a apresentação do trabalho registaram-se as seguintes intervenções:

- Relativamente ao Eixo I, actividade 1.2.1, o Dr. Neto, representante do Centro de Formação de Escolas, referiu as obrigações impostas pelo Ministério da Educação, relativamente ao conteúdo dos Planos de Formação. A Dra. Ilda soares referiu-se ao papel da CPCJ na concretização desta actividade. A Dra. Ermelinda Magalhães referiu-se à fragilidade actual dos recursos humanos da CPCJ, que dificilmente poderiam assegurar a realização de acções para professores.
- Relativamente à actividade 1.3.2, a Dra. Ermelinda Magalhães sugeriu que o local de formação de um curso do PIEF deveria ser fora do contexto escolar.
- No que toca à actividade 1.3.1, o Dr. Vítor Pinheiro sugeriu que fosse efectuado um contacto com os pais para informar das alternativas à escola e que, se os jovens não fossem integrados em cursos de aprendizagem, poderiam ser encaminhados para o Ensino Profissional através dos Serviços de Orientação do Centro de Emprego.
- Relativamente à actividade 5.2.1, a Dra. Virgínia Varandas referiu que o problema da insuficiência dos recursos humanos também se verifica ao nível dos 2º e 3º ciclos. O Dr. Vítor Pinheiro referiu-se ao uso abusivo dos Programas Ocupacionais por parte das Instituições.
- No ponto 5.3.3, o Professor Raúl sugeriu a criação de um protocolo entre a Segurança Social, a DREN e a CMV para criar um mecanismo de apoio psicológico às crianças das escolas. Relativamente a esta sugestão, o Dr. Luís Vale referiu que

se uma associação quisesse criar esta resposta poderia solicitar um acordo atípico para sustentar este apoio.

- Relativamente ao Eixo II, Objectivo 1, a Dra. Ermelinda rectificou que a criação de residência se inclui nas medidas de autonomia de vida, pelo que se vai proceder à alteração da redacção do objectivo. A Dra. Paula referiu-se à Escola de Pais ligada à Diocese do Porto em funcionamento na Paróquia de Sobrado. A D. Olga Poças solicitou esclarecimento sobre o modo de funcionamento de uma Escola de Pais. A Dra. Ermelinda referiu-se à experiência da Escola Superior de Educação do Porto. A Dra. Ilda Soares falou sobre a experiência do Curso de Gestão Doméstica promovido pela Autarquia.
- No que se refere ao Objectivo 4, o Dr. Luís Vale revelou a experiência da Rede Social de Beja que, no final de uma reunião do CLAS, convidou os presentes a passear de cadeira de rodas no Concelho. Após esta experiência, na qual participou o Presidente da Câmara Municipal, muitos dos problemas relativos às acessibilidades foram já resolvidos.
- Relativamente ao Objectivo 6, a Dra. Rosa Tavares referiu que as Casas de Refúgio têm como norma manter o anonimato, pelo que normalmente recebem pessoas não residentes no concelho. O Sargento Inverneiro referiu que nestas situações se sente necessidade do acolhimento imediato da vítima para afastá-la do agressor e que posteriormente poderiam transferi-la para outro concelho.
- No Objectivo 7, a Dra. Trindade referiu que a construção da Comunidade de Inserção irá terminar na próxima 6ª feira e que aguarda acordo com a Segurança Social para a sua abertura. A Dra. Ilda sugeriu que a Associação do Projecto Vida fosse parceiro a envolver na Candidatura ao Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicod dependências.
- Relativamente ao Eixo III, Actividade 1.1.1 a Dra. Ermelinda sugeriu que uma IPSS fosse envolvida para dar continuidade à integração das crianças após os 3 anos de idade.
- Aquando da discussão do Objectivo 2, o Dr. Marcelo referiu que vai abrir uma sala de Educação Pré-Escolar no Centro Social e Paroquial Santo André de Sobrado. A Dra. Virgínia é da opinião que vai ser ultrapassado o valor de 80% na taxa de cobertura dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar.
- Aquando da discussão do Objectivo 4, a D. Olga questionou o serviço de Telealarque, tendo a Dra. Júlia explicado.

No final a Dra. Júlia procedeu à apresentação dos critérios para a emissão de pareceres.



Colocados à votação o Documento Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção, bem como a Grelha para a Emissão de Pareceres Técnicos e respectivo regulamento, foram aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião, cuja Acta vai ser assinada pela Presidente do CLAS.

A PRESIDENTE DO CLAS

(DRA. MARIA TRINDADE VALE